



DISTORÇÕES ENTRE O PLANO MUNICIPAL DA MATA ATLÂNTICA E O PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS.

Marcelo Luis Rakssa¹
Orlando Ferretti²

Introdução

O presente artigo busca destacar algumas das contradições existentes entre instrumentos municipais de Florianópolis em relação a proteção dos remanescentes de Mata Atlântica em seu território, por meio dos documentos do Plano Municipal da Mata Atlântica de 2020 (PMMA), e a atualização do Plano Diretor de Florianópolis de 2023 (PD/2023). Justifica-se por correlacionar as características ambientais com os usos estabelecidos pelos instrumentos legais, estando o Plano Diretor no centro destes instrumentos no âmbito municipal .

Metodologicamente, os recortes das áreas selecionadas como prioritárias para recuperação segundo o Plano Municipal da Mata Atlântica foram sobrepostas ao mapeamento do Plano Diretor de 2023.

A proposta que aqui segue se embasa na Geoecologia da paisagem, que compreende a paisagem como um conjunto inter-relacionado de formações naturais e antroponaturais, sistema que possui e reproduz recursos, bem como meio de vida e da atividade humana (Rodrigues et. al., 2010). Desta forma, a paisagem é objeto direto de tensões sociais e legais, como a elaboração e implantação de um Plano Diretor e as delimitações de Unidades de Conservação.

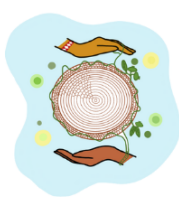
Desenvolvimento

O município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, apresenta elementos naturais integrados que formam geossistemas complexos, associados a diferentes ciclos de exploração ao longo dos últimos séculos. Nas últimas décadas destaca-se a expansão urbana que pressiona as áreas ainda preservadas.

O município de Florianópolis tem uma área aproximada de 433 km², sendo que a Ilha de Santa Catarina, parte insular do município, possui uma área de 421,98 km² (FLORIANÓPOLIS, 2000). Segundo o Cadastro Nacional de Unidades de

¹Geógrafo. Doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. mrakssa@gmail.com.

²Professor no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Orlando.ferretti@ufsc.br



XI SAPIIS & VI ELAPIS

XI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social
VI Encontro Latinoamericano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social

Conservação (CNUC), a porção insular possui 20 Unidades de Conservação (UCs), sendo elas 7 Federais, 2 estaduais e 11 municipais, Tem-se ainda, outras áreas protegidas que desempenham papel fundamental na manutenção da qualidade ambiental e dos serviços ecossistêmicos.

A área urbanizada é de aproximadamente 78 km² (MARTINS; FERRETTI, 2019), menos de 19% da parte insular, mas que ocupam de forma descentralizada toda a ilha. A Geografia da Ilha de Santa Catarina é formada por planícies com dunas, lagoas, restingas, áreas inundáveis, manguezais e os morros com vegetação de mata atlântica, são extremamente sensíveis às alterações humanas.

As áreas de planície possuem ocupação diversificada, cada vez mais associada à ocupação urbana, seja por meio do crescimento horizontal (com novas áreas recebendo a estruturação de residências multifamiliares), como com o adensamento urbano, ou verticalização, com o aumento do potencial de ocupação das áreas já urbanizadas.

O Plano Diretor, instrumento que estabelece diretrizes, objetivos e regras para o desenvolvimento da cidade, serve como base para orientar ações do poder público e da sociedade civil na organização e no crescimento do espaço urbano.

A primeira versão do Plano Diretor de Florianópolis se oficializou por meio da Lei Complementar n. 482, de 17 de Janeiro de 2014, mas foi alterada em 2023 pela Lei Complementar 739/2023. Dos pontos principais, alteram-se os potenciais construtivos, aumentando a possibilidade de pavimentos construídos, e consequentemente ampliando as ocupações residenciais e comerciais. Outros destaques são as AUEs (Áreas de Urbanização Especial), sendo essas áreas de incentivo de ocupação mais densa, mesmo em áreas próximas às áreas conservadas, ou ainda em regiões com vocação para áreas de conservação.

Outro instrumento de gestão e planejamento adotados por municípios situados dentro da área de abrangência do bioma Mata Atlântica são os Planos Municipais da Mata Atlântica (PMMA), visando a conservação e o uso sustentável. Esses planos representam uma importante estratégia para a implementação da legislação ambiental e o cumprimento das metas. Geralmente eles contemplam a identificação das áreas de preservação permanente e de reserva legal, além de



diretrizes para a ocupação do território, estímulo à recuperação de áreas degradadas e à utilização de práticas agrícolas sustentáveis.

Florianópolis elaborou o seu Plano Municipal da Mata Atlântica por meio da Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM) e do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), no ano de 2020, objetivando “(...) identificar os remanescentes de Mata Atlântica no território municipal e promover condições para sua conservação e recuperação”. (FLORIANÓPOLIS, 2020, p. 13).

Foram identificadas 68 áreas prioritárias para conservação e recuperação³, por aspectos como fitofisionomias vegetais, funções ecológicas desempenhadas, serviços ecossistêmicos fornecidos, proximidade e conexão com Unidades de Conservação, potencialidades para criação de novas Unidades de Conservação ou Parques Urbanos, entre outros. A seleção de áreas prioritárias para conservação para atuação do PMMA em seus primeiros anos de execução foi realizada em reuniões com a equipe técnica e a população.

Das áreas selecionadas, o Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meimbipe, UC implantada em 2021 apresenta grande parte de sua área de morros dentro da área chamada ‘Unidades de Conservação do Maciço Norte’, oficializando a proteção legal a esse espaço selecionado pelo PMMA de Florianópolis.

O Plano Diretor de 2023 já não apresenta intenção de proteção para outras áreas selecionadas pelo PMMA como prioritárias para conservação. Dentro delas, grandes áreas de planície, passíveis de inundações, e abastecedoras de aquíferos. Destaques são o Corredor Papaquara, setor do setor norte que conecta áreas hoje protegidas pelo REVIS Meimbipe à Estação Ecológica de Carijós (ESEC). A área selecionada para o Corredor Papaquara apresenta, dentre seus propostos limites, grande porção de ‘Área de Urbanização Especial’ (AUE), que propõe criar novas centralidades por meio de adensamento.

No setor sul de Florianópolis, o Corredor Planície Entre-Mares, planície que possui o Oceano Atlântico a leste e a Baía Sul a oeste, conecta as áreas protegidas

³ No setor norte de Florianópolis tem-se: Nascente do Rio Vermelho, Dunas dos Ingleses, Rio Capivari, UC do Maciço Norte, e Corredor Papaquara. No setor central tem-se: Parque do Abraão, Morro da Vila Aparecida, Morro do João Paulo, Ampliação da Zona de Amortecimento do Parque Natural Municipal do Morro da Cruz (PANAMC), e Rio Sertão. Já no setor sul tem-se: Corredor Planície Entre-Mares, Restinga do Ribeirão Manguezal Tapera, Planície Pântano do Sul, Corredores do Maciço da Costeira, e Praia do Gravatá.



de Morros do Sul da Ilha aos Morros do entrais, como o Morro do Lampião e o Morro da Costeira do Pirajubaé, ambos unidades de conservação. A área, além de se apresentar como grande potencial corredor biológico entre as morrarias da ilha, possui características de planície, com potencial de alagamentos e fornecimento de água para aquíferos, além da proteção da fauna e flora da planície.

O Plano Diretor determina para o Corredor Planície Entre-Mares 'Área de Urbanização Especial' (AUE), grandes parcelas de 'Área Residencial Predominante (ARP)', 'Área Residencial Mista (ARM)', 'Área Comunitária/Institucional' (ACI), e 'Área de Preservação do uso Limitado - Planície' (APL-P).

No extremo sul da Ilha de Santa Catarina encontra-se a área prioritária 'Planície Pântano do Sul', que se constitui na área de planície que dá o nome ao bairro em que se localiza (Pântano do Sul). As inundações são características naturais da área, e que trariam grandes prejuízos a não preservação da área. São designados para a Planície Pântano do Sul, pelo Plano Diretor, majoritariamente o uso 'Área de Urbanização Especial' (AUE).

A ocupação dessas áreas de planície alagável pode expor a população a problemas como inundações, doenças associadas à água estagnada e poluída, deslocamentos forçados, entre outros.

Considerações finais

A análise dos textos legais do Plano Diretor de 2023, demonstram conflitos entre as determinações impostas e as características geológicas, bem como impactos para a qualidade de vida dos ocupantes das diferentes áreas residenciais.

Embora com critérios diferentes em sua elaboração: o PMMA e o PD atendendo a critérios que integram a preservação ambiental com desenvolvimento urbano, mobilidade urbana, saneamento básico, habitação social, entre outros, os dois Planos devem convergir nos aspectos de proteção aos ambientes a serem protegidos, sendo esse o objetivo final do PMMA e um dos grandes objetivos do PD.

As áreas propostas pelo Plano Municipal da Mata Atlântica de Florianópolis, localizadas nas planícies não ocupadas e apontadas como corredores ecológicos, são essenciais para a conectividade e proteção das unidades de conservação já existentes. Já, a proposta do Plano Diretor deve considerar o determinado pelo



Plano Municipal da Mata Atlântica, considerando que este foi elaborado com os critérios de localização das áreas essenciais para recuperação e conservação.

A presente pesquisa não busca ser uma listagem exaustiva e definitiva sobre o assunto. Vários aspectos das leis determinam a ocupação da Ilha de Santa Catarina devem ser discutidos em suas particularidades, no entendimento dos geossistemas enquanto influenciadores e influenciados pelo modo de ocupação.

Palavras-Chave: Florianópolis; Plano Diretor; Plano Municipal da Mata Atlântica..

REFERÊNCIAS

FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal de Florianópolis. **Lei Complementar nº 482/2014**. Institui o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, o Plano de Uso e Ocupação, os Instrumentos Urbanísticos e o Sistema de Gestão. Disponível em: <http://ipuf.pmf.sc.gov.br/plano-diretor/>, acesso em 20 de maio de 2023.

FLORIANÓPOLIS. Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis - FLORAM. **Relatório Técnico nº 001 / 2020 - DEPUC**. Estudos Preliminares Para a Criação do “Refúgio De Vida Silvestre Municipal Meimbipe. Disponível em <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/floram/index.php?cms=revis+meimbipe&menu=7&submenuid=800>, acesso em 16 de maio de 2023

FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal de Florianópolis. **Lei Complementar nº 739/2023**. Altera a Lei Complementar n. 482, de 2014 (Plano Diretor de Florianópolis) e consolida seu processo de revisão. Disponível em: <https://redeplanejamento.pmf.sc.gov.br/planodiretor/>, acesso em 23 de maio de 2023.

GÓES, Talita Laura. **Ecologia da paisagem da Planície Entre Mares na Ilha de Santa Catarina**: conectividade entre fragmentos de vegetação através de corredores ecológicos. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2015.

MARTINS, Nikolas da Rocha; FERRETTI, Orlando. Análise e monitoramento dos impactos, fragmentação e a conectividade das Unidades de Conservação na Ilha de Santa Catarina, Brasil. **Relatório de Bolsa de Iniciação Científica (IC) CNPQ/UFSC**. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Cadastro de unidades de conservação. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/plataforma-cnuc-1>. Acesso em: 27 jul. 2013.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da; CAVALCANTI, Agostinho de Paula Brito. **Geocologia das paisagens**: uma visão geossistêmica da análise ambiental. 6 ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2022.